

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



Inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior – favorecendo a autonomia na Universidade de Sorocaba.

Ana Laura Schliemann
Lilian de Fatima Zanoni Nogueira

Resumo

Introdução: A inclusão das PCD na educação superior acontece desde o final dos anos noventa no Brasil e cada vez mais se torna atual e necessária. Com a abertura das políticas públicas e o fortalecimento das condições de acessibilidade a UNISO desenvolveu um trabalho que visa a integração e a inclusão das diversidades

Objetivo: Apresentar as atividades desenvolvidas junto aos alunos com deficiência da Uniso.

Método: Desde o momento que o jovem opta pela UNISO, ao preencher a ficha do vestibular e, se identificando como PCD, receberá orientação para o vestibular e as condições de acessibilidade no curso escolhido. Ao ser aprovado no vestibular, aluno, família, coordenador e professores refletem sobre as ações de acessibilidades necessárias para o bom desenvolvimento do curso.

Resultados: Os alunos com deficiência na Universidade aumentaram nos últimos anos, estão divididos entre todas as áreas, recebem orientações semestrais e avaliam o programa como adequado para a convivência e aprendizagem. Desse trabalho já resultaram treinamentos para os professores e funcionários no intuito de informa-los e sensibilizá-los para essa questão.

Considerações Finais: O trabalho ainda é incipiente e está em construção, mas observa-se que toda a comunidade ganhou com a discussão de formas inclusivas de aprendizagem.

Palavras chaves: pessoa com deficiência, ensino superior, acessibilidade.

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



Introdução:

A inclusão das Pessoas com Deficiência (PCD) na educação superior acontece desde o final dos anos noventa no Brasil e cada vez mais se torna atual e necessária. Com a abertura das políticas públicas e o fortalecimento das condições de acessibilidade a UNISO desenvolveu um trabalho que visa a integração e a inclusão das diversidades.

Nogueira (2010) refere que ao aceitarmos que o passado não explicaria o presente e não acrescentaria a esse estudo especificamente as razões presentes, e ao entendermos que o conceito de deficiência do passado é divergente do conceito atual empregado, optamos por centrar nossos dados na ampliação atual da escolarização de alunos com deficiência mostrando como está sendo ampliada a política e como estão efetivamente abrindo algumas oportunidades para as pessoas com deficiência.

Bueno (1993) já alerta que quando falamos em Educação Especial o ensino, mesmo antes do ensino superior não consegue incorporar mais do que 10 ou 15% da população de excepcionais ou alunos com necessidades especiais no ensino regular, fazendo com que essa população seja duplamente penalizada: por ser deficiente e por não ter acesso à escolaridade. O autor indica que mesmo dentro desse percentual, os que tiveram acesso à escolarização não apresentaram aprendizagem. Dessa forma, a pequena absorção de crianças excepcionais pelo sistema de ensino e a baixa qualidade, em geral, dos serviços oferecidos a essa pequena parcela parecem ser os fatores determinantes do percurso histórico da Educação Especial em nosso país, desde a criação dos Institutos.

Mundialmente o sistema inclusivo se inicia efetivamente no mundo em 1990 com a Declaração de Jomtien. No Brasil, Zanoni (2010) refere que Em relação ao Brasil, de 1998 a 2004, podem-se assinalar algumas ações como: a adoção da Declaração de Salamanca nas Diretrizes Educacionais Federais e Nacionais, garantindo a matrícula de crianças com deficiências em escolas regulares; a admissão do tema inclusão em programas e eventos científicos, bem como reivindicações em publicações e em meios de comunicação ligados às pessoas com deficiência

A definição de Deficiência que consta no DECRETO N• 3298/99 - REGULAMENTA A LEI 7853/89

I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora



de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Essa definição está no material da Secretaria do Estado do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e foi desenvolvida pela Dr^a Linamara Rizzo Battistella sendo discutida a condição do ensino médio do estado e as situações de manutenção de desenvolvimento das pessoas com deficiência.

Desenvolvimento da pesquisa - Programa Universidade da Universidade de Sorocaba

Em 2009 a Universidade de Sorocaba iniciou o desenvolvimento, com uma equipe multidisciplinar, de uma política de estratégia para receber os alunos com deficiência em seus cursos. Esse plano de acessibilidade criou condições de avaliação e acessibilidade vinculado à Pró-Reitoria Acadêmica e tendo por objetivo atender às especificidades das pessoas com deficiência, proporcionando uma educação de qualidade a todos.

Há uma preocupação em adequar aos direitos previstos na legislação quanto à inclusão de pessoas com deficiência, ao pleno exercício de seus direitos básicos, com respeito e dignidade Humanas. Para desenvolver essas oportunidades foram realizadas mudanças físicas e matérias nos Campus com o intuito de favorecer as futuras relações humanas.

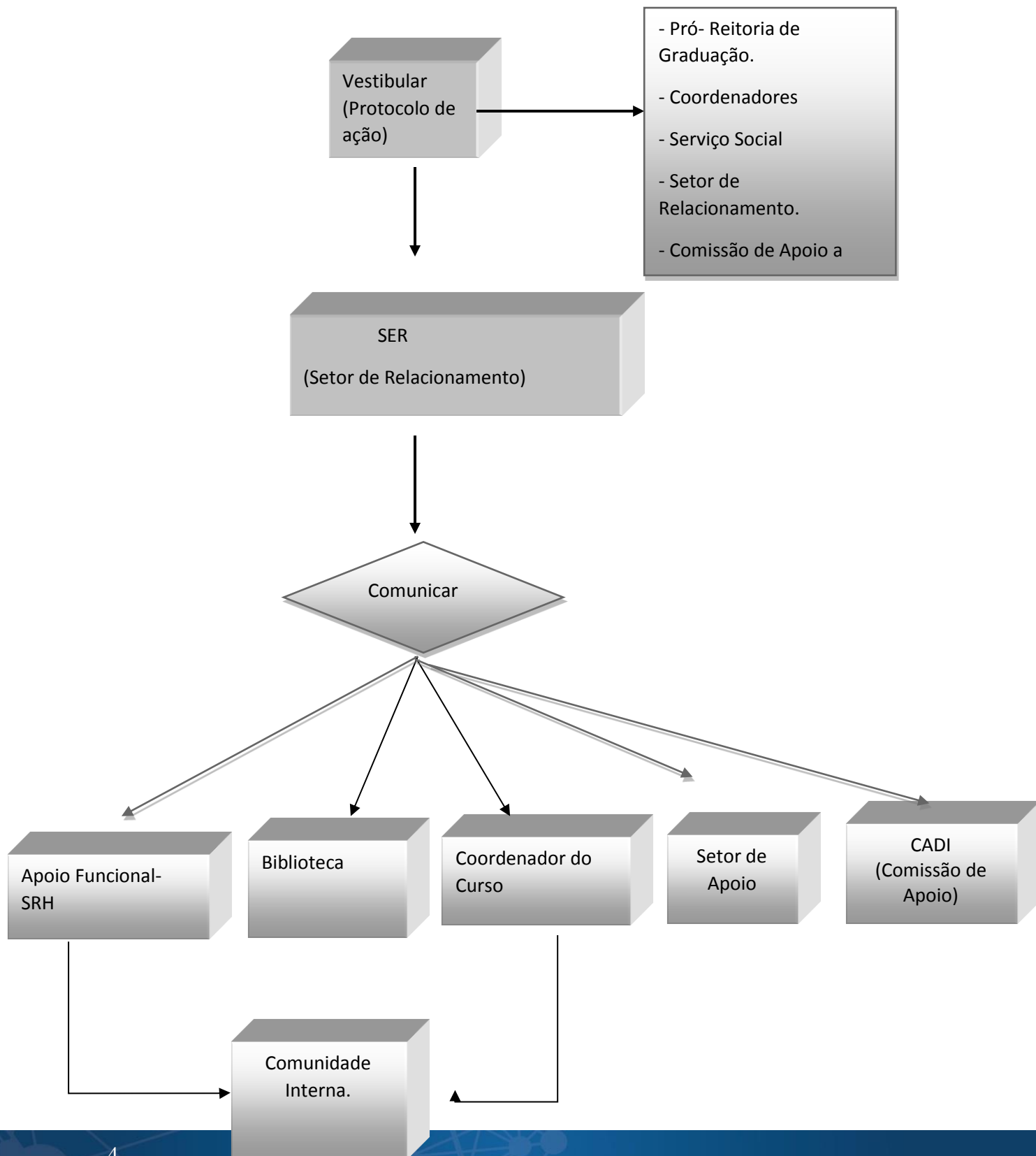
As ações territoriais, desenvolvidas em vários setores da Universidade, estão no Resolução Consu (conselho Universitário) 004/09 que aprova o Programa Universidade da Unidiversidade de Sorocaba. A resolução aprova o Unidiversidade como um programa institucional que objetiva possibilitar um espaço físico, acadêmico e social para reflexão , debate e ações necessárias que visem assegurar o direito de ingresso e permanência na Uniso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, altas habilidades , diferentes gêneros , etnias e opção sexual.

Em outra resolução (de número 051/12), as finalidades do programa são concluídas (acompanhamento contínuo considerando as diretrizes da educação para diversidade numa perspectiva inclusiva), bem como o objetivo do programa Unidiversidade é reforçado, definido como programa que visa favorecer as condições necessárias para ingresso e permanência de discentes , docentes e funcionários técnico-administrativo com deficiência ou mobilidade reduzida. Nessa mesma resolução é determinado pela reitoria comissão para o desenvolvimento do programa.

No organograma abaixo definimos como se dão na prática as ações do programa, desde o ingresso do candidato ao vestibular da Universidade de Sorocaba.



Organograma 01 – Fluxo de atendimento dos alunos deficientes na Universidade de Sorocaba





O programa inicia as ações desde o Edital do Vestibular, com informações sobre as condições oferecidas pela Instituição a partir da efetivação da matrícula. A recepção aos alunos inicia-se no momento da inscrição no vestibular. Em relação as Condições de Acessibilidade observamos como dois pontos principais: as ações de responsabilidade do Acesso Físico e da Biblioteca.

Em relação ao Acesso Físico foram e estão sendo realizadas constantemente mudanças estruturais . Por exemplo o acesso nos tablados das salas de aula e nos palcos da Cidade Universitária, dando continuidade aos demais pontos detectados na análise estrutural, segundo orientações da norma NBR n ° 9050/2004.

Biblioteca

A Biblioteca,tem um papel fundamento principalmente com os deficientes visuais, já que o material didático deve ser adaptado para esse publico. Para isso foram realizadas várias ações pontuais. As atividades realizadas pela biblioteca sempre são realizadas após a solicitação dos alunos que precisam da adaptação do material. Os funcionários e a direção da biblioteca estão bem treinados e facilitam muito as atividades do Unidiversidade.

Foi realizado registro da Uniso na Fundação Dorina Nowill e na Fundação LaraMara, pois estas instituições desenvolvem um trabalho diretamente com o Deficiente Visual - DV. A Fundação Dorina Nowill, bem como na Editora Revista dos Tribunais, única até o momento a fornecer matrizes de publicações para atendimento especial ao DV, através da Instituição onde o aluno está matriculado. Em 2014 a Biblioteca também tem adquirido bancos de dados eletrônicos, disponibilizando integralmente os materiais aos alunos.

Em relação às publicações que não conseguimos as matrizes, a Universidade está escaneando artigos em periódicos e outros textos, procurando oferecer a bibliografia básica do curso e também material de pesquisa.

A Biblioteca da Universidade também sediou um curso de informática para deficientes visuais, docentes e funcionários, por meio de uma parceria entre a Uniso, Hospital UNIMED e SENAI (Projeto VeXpert) .

Programa de acompanhamento

Programa que acompanha alunos com deficiência desde a inscrição do candidato ao vestibular. Esse programa objetiva adequar não só o vestibular, mas também acompanhar esse aluno no percurso universitário com adaptações pedagógicas, de acesso físico e mobilidade e



atitudinais. O programa é composto por terapeuta ocupacional, psicóloga, funcionária administrativa e intérprete de libras. A equipe realiza avaliação, orientação e encaminhamentos das pessoas com deficiência em acordo com as necessidades dos envolvidos, a saber de alunos, professores e funcionários da Universidade objetivando a inclusão e adaptação dos mesmos.

O programa se destina as Pessoas com deficiência (sejam elas temporárias ou permanentes), seguindo a legislação vigente e o documento de recomendações “Ações estratégicas em Educação Superior a Distância em Âmbito Nacional”, do grupo de trabalho EaD no Ensino Superior GTEADES/MEC/SESu do Governo Brasileiro.

Existem tipos básicos de deficientes considerados nessa legislação: deficientes visuais, motores, auditivos, cognitivos. O atendimento que a universidade propõe efetiva para o aluno não só o direito de aprender com qualidade, mas de acessar a rede de informações, o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, a disponibilidade de comunicação, de equipamentos e de programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos quando necessário.

O programa de acompanhamento realiza as ações de Verificação das necessidades de acessibilidade : O trabalho será feito em dois momentos básicos no vestibular e no acompanhamento do aluno. No primeiro momento, é necessário que aconteça por parte do candidato o preenchimento do formulário para solicitação ao atendimento, que deve acontecer no ato do preenchimento da inscrição para o vestibular.

O aluno deverá solicitar que tipo de apoio necessita, citando sua especificidade a fins de ser avaliada e depois, se possível, ser atendida. Nesse momento, será acionado o Programa Unidiversidade que fará a avaliação das necessidades para o vestibular.

Em sendo aprovado, o programa Unidiversidade orientará o candidato e o encaminhará aos diferentes setores da Universidade que poderão dar apoio ao aluno. Entre eles, a equipe de elaboração do vestibular (Comissão Permanente de Concursos), biblioteca, centro de educação e tecnologia, laboratórios e equipe de professores.

Observa-se que em alguns casos os alunos não tem ou, em caso de desconhecimento do candidato a qualquer momento, por meio do coordenador do curso ou do Setor de Atendimento ao aluno.

Detalhamento dos recursos voltados para alunos com necessidades especiais

a) *para alunos com deficiência física:*

- Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;
- Rampas, facilitando a circulação de cadeira de rodas;

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



- Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros; instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas;

Além disso, no caso da EaD, o deficiente físico não terá grandes dificuldades, caso disponha do material adequado para o estudo em casa, quando da exigência das provas presenciais, pois serão eliminadas as barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo.

Visando à facilidade com o uso do computador, a preocupação da Instituição está direcionada para as teclas de acesso. Indicar teclas de acesso como recurso facilitador, permitindo a navegação com o uso do teclado. Nesse sentido, para facilitar a navegação, será oferecida uma listagem das teclas de atalhos disponíveis.

Para a tutoria, o apoio pedagógico estará disponível para atendimento coletivo como o indicado no plano ou individualizado quando agendado previamente.

b) para alunos com deficiência visual:

A instituição poderá proporcionar, dentro de sua disponibilidade orçamentária, caso seja solicitado, desde o acesso ao curso até a sua conclusão:

- sistema de síntese de voz;
- gravador e fotocopiadora que ampliem textos;
- scanner acoplado a computador;
- transformação gradual da bibliografia básica e outros documentos do curso para o Braille.

No caso da EaD, quanto ao material entregue em CD, ele é composto pela explicação oral; quanto ao conteúdo escrito, é possível a utilização do sintetizador de voz com complementos gráficos em relevo, existindo, também, a possibilidade da impressão do material em Braille, através da Biblioteca da Instituição.

Para a tutoria, o apoio pedagógico estará disponível para atendimento coletivo, como o indicado no plano, ou individualizado, quando agendado previamente.

c) para alunos com deficiência auditiva

A instituição poderá proporcionar, dentro de sua disponibilidade orçamentária, caso seja solicitado, desde o acesso ao curso até a sua conclusão:

- materiais de informações aos professores, para que se esclareça a especificidade lingüística dos surdos.
- Intérprete educacional que acompanha os alunos em sala de aula.



No caso da EaD, quanto ao material entregue em CD, ele terá legenda, ou, em casos específicos, o material será traduzido pelo professor intérprete, que fará uso da linguagem de sinais.

Importante destacar que a Universidade possui o componente curricular voltado para a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS que, conforme legislação e diretrizes curriculares próprias da Universidade, existe como obrigatório em todos os cursos de formação de professores e, como optativo, nos demais cursos.

Além disso, em aulas presenciais, os alunos surdos contam com intérprete que acompanham o percurso formativo em sala de aula para realizar a tradução simultânea das aulas.

Resultados

Já foram atendidos pelo programa , desde o início 67 alunos. Atualmente um total de 34 alunos estudando. Nota-se que 33 cancelaram o curso , após seu início .

No gráfico 01 apresentamos como estão distribuídos os tipos deficiência inclusos hoje na Universidade, bem como no Grafico 02 apresentamos em quais cursos estes alunos estão alocados.

Grafico 01: Tipos de deficiência

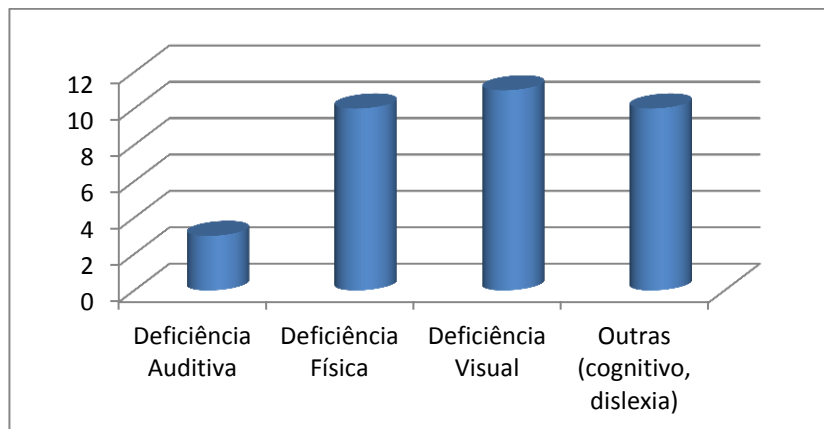
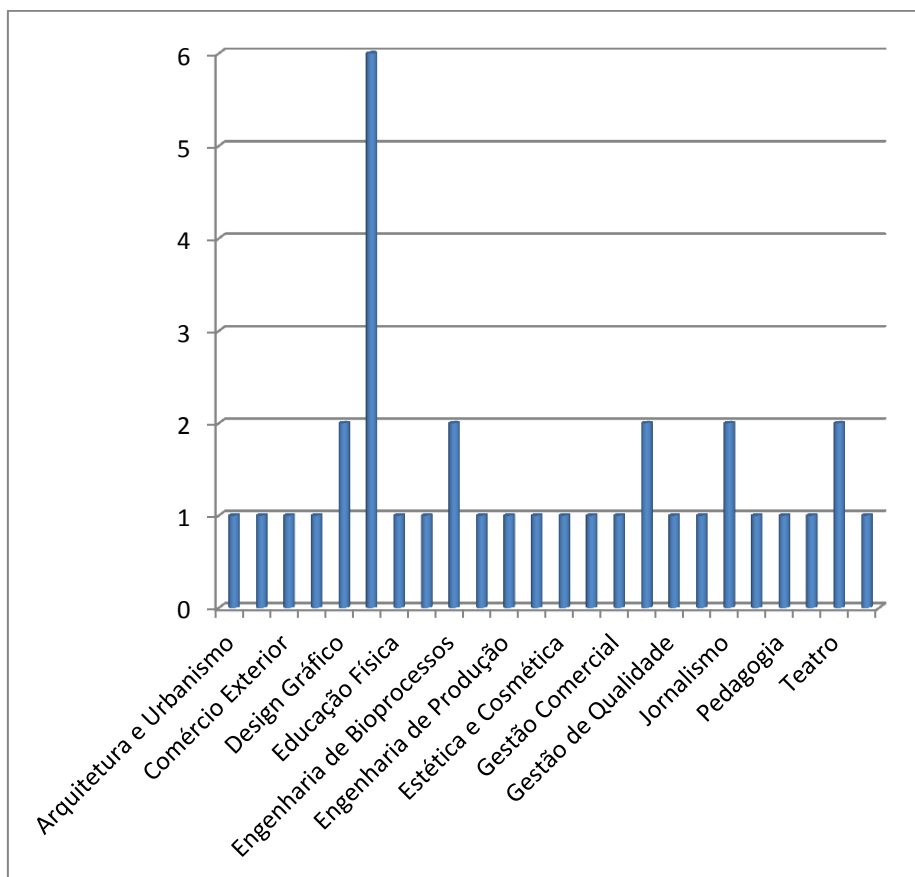




Gráfico 2- Distribuição de alunos por curso



Observa-se que o número de alunos com deficiência que entraram na Universidade aumentou nos últimos anos, estão divididos entre todas as áreas, mas uma grande porcentagem deles acaba deixando a faculdade.

A postura teórica que o programa observa é similar à de Mena (2000) que discute uma inclusão verdadeira que respeita as necessidades da pessoa, quando não há uma negação da realidade factual das pessoas com deficiência.

Apesar dos alunos, familiares e professores recebem orientações semestrais e avaliações das mesmas, existem problemas de convivência e aprendizagem que são difíceis de serem transpostas pelas necessidades impostas pela condição da deficiência.

Observa-se que, ainda muitas vezes, as solicitações são fantasiosas e os desejos de cura ou de não ser deficiente são latentes. A dificuldade de lidar com a deficiência novamente aparece e como em Faria (1997) a ferida narcísica se abre para a entrada do filho ou de si mesmo na Universidade.

Em relação ao curso que observamos como destaque no Gráfico 02, com um número maior de deficientes inclusos é o curso de Direito. Ao acompanhar os alunos percebemos que esse curso,

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



por muitas vezes é escolhido não só pela condição de vida profissional, imaginando que nesta possa-se ter uma melhor adaptação em relação à locomoção, acesso a concursos públicos, trabalho liberal (podendo trabalhar até mesmo em homecare). Mas também notamos um desejo dos deficientes de atrelar à carreira profissional a causa em relação a deficiência. A condição de direitos das pessoas com deficiência por muitas vezes é citada na busca da escolha da profissão.

Do trabalho do programa Universidade já resultaram treinamentos para os professores e funcionários no intuito de informá-los e sensibilizá-los para essa questão. Em 2014, o programa promoveu nas oficinas de retorno dos professores ao ambiente acadêmicos o programa teve um espaço de divulgação através da aula denominada Inclusão é possível. Os professores avaliaram como uma estratégia esclarecedora e observou-se uma maior busca pelo serviço da equipe por parte dos docentes presentes.

Nogueira (2010, p. 53) já alerta que as ações institucionais devem dar suporte a inclusão, não sendo somente papel do docente a responsabilidade pela permanência do aluno.

Por política institucional deve-se entender não apenas ações coordenadas para atender os deficientes que eventualmente se apresentam, mas, e principalmente, um programa destinado a promover a inclusão e criar as condições para o pleno atendimento dos inclusos, ao lado de criação de condições de trabalho para os que vão atendê-los, não apenas os professores, mas toda a comunidade acadêmica

Considerações Finais

O trabalho está em construção, mas observa-se que toda a comunidade ganhou com a discussão de formas inclusivas de aprendizagem. Observamos que os coordenadores e professores já entendem a inclusão como positivo no ensino aprendizagem de todos os alunos, não tendo mais resistência para ações pedagógicas inclusivas. Entre os alunos da Universidade ainda observamos resistências. A equipe de acompanhamento do programa por várias vezes é solicitada pelas coordenações para intervenções em sala de aula com os alunos, de forma a explicitar as necessidades inclusivas.

O programa faz uma avaliação constante das estratégias desenvolvidas e entende que ainda são necessárias as seguintes ações que possam criar condições para uma maior divulgação do problema para a Comunidade. Na medida em que os alunos que são inclusos no programa só podem ser aqueles que se auto-declaram. Temos consciência que o quantidade de alunso com deficiência na universidade é muito mais do que a apresentada nos dados acima, porém nem todos os deficientes se classificam em sua matrícula como deficientes.



Planejamos ainda trabalhar ações com os professores como as aulas de orientação para identificar e lidar com os alunos que são PCD's, bem como desenvolver ações com os alunos com o objetivo de sensibilizá-los para essa questão;

O programa tem como foco treinar um número maior de funcionários em libras e nas condições humanas e materiais sobre a acessibilidade e ainda criar palestras nos cursos que tenham uma pessoa com deficiência.

Referências bibliográficas

BATTISTELLA, Linamara Rizzo. Material desenvolvido pela Secretaria da Pessoa com Deficiência denominado CONCEITO DE DEFICIÊNCIA SEGUNDO A CONVENÇÃO DA ONU E OS CRITÉRIOS DA CIF s/d. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/274.pdf>

BUENO, José G. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993

MENA, Luiz Fernando Belmonte. Inclusões e inclusões: a inclusão simbólica. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 20, n. 1, mar. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932000000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 out. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-9893200000010000>

FARIA, Maria Cecília. O Estranho no Ninho. Boletim Clínico – número 3-DEZEMBRO/1997. http://www.pucsp.br/clinica/boletim-clinico/boletim_03/boletim_03_06.html

NOGUEIRA, Lilian de Fatima Zanoni. Inclusão de deficientes no ensino superior: o trabalho docente frente ao processo de inclusão. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba, SP, 2010.